

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS	31
1.1 Votos nulos e eleições válidas	31
1.2 Eleição suplementar	35
1.2.1 Norma de regência	35
1.2.2 Trânsito em julgado	38
1.2.3 Forma da eleição	41
1.2.4 Abrangência para municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República	42
1.2.5 Vacâncias estaduais e municipais	43
1.2.6 Casuística das eleições suplementares	45
1.3 Sistemas eleitorais	47
1.3.1 Sistema majoritário	47
1.3.2 Sistema proporcional	47

CAPÍTULO 2

COLIGAÇÕES	49
2.1 Fontes legais	49
2.2 Conceitos	49
2.3 Liberdade de coligação	50
2.4 Denominação	51
2.5 Personalidade jurídica e legitimidade processual	52
2.6 Representantes ou Delegados	53
2.7 Fidelidade partidária	54

CAPÍTULO 3

CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS	57
3.1 Fonte legal	57
3.2 Conceito	57
3.3 Período para realização	57
3.4 Propaganda intrapartidária	58
3.5 Oposição às diretrizes nacionais	59
3.6 Local de realização	59
3.7 Ata	60
3.8 Divergências internas e violações estatutárias	61
3.9 Recurso Contra a Expedição de Diploma	62
3.10 Observador eleitoral	62
3.11 Candidatura nata	62
3.12 Filiado preso	63
3.13 Outras situações	64
3.14 Liberdade de expressão e propaganda antecipada	65

CAPÍTULO 4

REGISTRO DE CANDIDATURA	71
4.1 Cotas de gênero	71
4.1.1 Fontes legais	71
4.1.2 Breve histórico	71
4.1.3 Inobservância e indeferimento de registro.....	74
4.1.4 Vagas remanescentes e substituições.....	74
4.1.5 Baixa votação e renúncia.....	75
4.1.6 Ministério Público Eleitoral	80
4.1.7 Legislação partidária.....	80
4.2 Declaração de bens	80
4.2.1 Fontes legais	80
4.2.2 Bens declaráveis	81
4.2.3 Finalidades	81
4.2.4 Falhas e omissões.....	82
4.2.5 Atualização financeira	83
4.2.6 Não assinada.....	85
4.2.7 Entrega previamente ao julgamento do registro.....	85
4.2.8 Candidato sem bens	86
4.2.9 Procurador habilitado	86
4.2.10 Não apresentação	87
4.2.11 Crime de falsidade ideológica.....	87
4.2.12 Declaração assinada comprova alfabetização	88
Comentário do autor.....	89
4.3 Propostas defendidas por candidatos a prefeito, governador e presidente.....	89
4.3.1 Fonte legal	89
4.3.2 Candidatos legislativos	89
4.3.3 Forma	89
4.3.4 Vinculação ao mandato.....	90
4.4 Variação nominal	90
4.4.1 Fontes legais	90
4.4.2 Órgãos públicos.....	91
4.4.3 Patente militar e cargo público.....	92
4.4.4 Área de atuação	93
4.4.5 Apelido ou nome pelo qual é mais conhecido	94
4.4.6 Nome social e identidade de gênero	95
4.5 Candidato <i>sub judice</i>	100
4.5.1 Fontes legais	100
4.5.2 <i>Status</i> jurídico	101
4.5.3 Abrangência.....	101
4.5.4 Participação em debates.....	107
4.5.5 Prestação de Contas	107
4.5.6 Cômputo de votos.....	108
4.5.7 Substituição de candidato e perda do interesse processual	108
4.5.8 Divulgação da votação.....	109

CAMPANHA ELEITORAL – TEORIA E PRÁTICA

4.5.9 Proclamação dos resultados	110
4.5.10 Diplomação	110
4.6 Filiação partidária	110
4.6.1 Fontes legais.....	110
4.6.2 Requisitos e restrições.....	111
4.6.3 Prova de filiação	111
4.7 Domicílio eleitoral	118
4.8 Quitação Eleitoral	120
4.8.1 Súmulas do TSE aplicáveis à quitação eleitoral	123
4.9 Órgão competente para registro e impugnação das candidaturas	124
4.10 Cargos a preencher	124
4.10.1 Cargos Executivos.....	125
4.10.2 Cargos Legislativos.....	125
4.10.2.1 Congresso Nacional	125
4.10.2.2 Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa	128
4.10.2.3 Câmaras Municipais	129
4.11 Idade mínima.....	133
4.12 Analfabetismo e candidatura.....	134
CAPÍTULO 5	
SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO	139
5.1 Disposições gerais	139
5.2 Substituição antes do segundo turno.....	142
5.3 Falecimento do titular eleito após o segundo turno.....	142
5.4 Substituição da chapa majoritária	143
CAPÍTULO 6	
PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL	145
6.1 Introdução e fundamentos	145
6.2 Disciplina normativa.....	148
CAPÍTULO 7	
PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA.....	179
CAPÍTULO 8	
PROPAGANDA ELEITORAL.....	183
8.1 Conceitos e limites	183
8.2 Casuística e extensão da matéria	185
Comentário do autor.....	186
8.3 Início.....	186
8.4 Muros, faixas, placas, cartazes, pinturas e inscrições	187
8.5 Veículos	188
8.6 Adesivos	188

8.7 Bandeiras	190
8.8 Comícios	192
8.9 Identificação visual de cabos eleitorais x brindes	193
8.10 <i>Showmício</i>	195
8.11 <i>Outdoors</i>	196
8.12 <i>Telemarketing</i>	196
8.13 <i>WhatsApp</i> e SMS.....	197
8.14 Trios elétricos.....	198
8.15 Carros de som e minitrios.....	198
8.16 Nome comercial.....	199
8.17 Identificação de candidatos majoritários	199
8.18 Direito à imagem.....	200
8.19 Bens que dependem de cessão ou permissão do poder público ...	201
8.19.1 Panfletagem em prédios públicos.....	202
8.20 Bens particulares	203
8.20.1 Mobilidade.....	203
8.20.2 Espontânea e gratuita.....	203
8.20.3 Identificação.....	203
8.21 Bens de uso comum	204
8.21.1 Banca de jornal e revistas	205
8.21.2 Táxi	205
8.21.3 Escola particular	206
8.21.4 Estabelecimento misto (residencial e comercial).....	207
8.21.5 Estacionamento pago.....	207
8.21.6 Restaurante	207
8.21.7 Condomínio residencial	208
8.21.8 Sede de sindicato	208
8.21.9 Terreno baldio	209
8.21.10 Bem tombado pelo patrimônio público.....	210
8.22 Dependências do Poder Legislativo.....	212
8.23 Gabinete móvel	214
8.24 Meios de comunicação social	214
8.24.1 Rádio e televisão	215
8.24.1.1 Restrições	215
8.24.1.2 Período de campanha	221
8.24.1.3 Linguagem estrangeira	221
8.24.1.4 Debates	221
8.24.2 Jornais e revistas	223
8.24.3 <i>Internet</i>	224
8.24.3.1 Impulsioneamento de conteúdos	233
8.25 Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea.....	236
8.25.1 Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	236
8.25.2 Prazo e legitimidade passiva	236

8.25.3	Circunstâncias	236
8.25.4	<i>Twitter</i>	237
8.25.5	<i>Facebook</i>	238
8.25.6	Propaganda partidária.....	241
8.25.7	Propaganda negativa	241
8.25.8	Comparação de administrações.....	241
8.25.9	Comparação entre candidatos proporcionais.....	243
8.25.10	Calendários.....	243
8.25.11	Adesivos	244
8.25.12	Publicidade institucional.....	244
8.25.13	Entrevistas.....	245
8.25.14	Colunas de jornal	247
8.25.15	Durante a realização de greve.....	248
8.25.16	<i>Outdoors</i>	248
8.26	Símbolos nacionais.....	260
8.27	Fato sabidamente inverídico.....	263
8.28	Crimes contra a honra na campanha eleitoral.....	267
8.28.1	Considerações gerais	267
8.28.2	Calúnia.....	267
8.28.3	Difamação	268
8.28.4	Injúria	269
8.28.5	Sujeitos.....	270
8.28.6	Ação Penal Pública Incondicionada	270
8.28.7	Processamento	271
8.28.8	Quadro comparativo	272
8.28.9	Agravamento de penas.....	273
8.28.10	Suspensão condicional do processo	275
8.29	Direito de Resposta.....	275
8.29.1	Fontes legais	275
8.29.2	Procedimentos judiciais específicos.....	280
8.29.2.1	Órgão de imprensa escrita.....	280
8.29.2.2	Programação normal de rádio e TV.....	281
8.29.2.3	Horário eleitoral gratuito.....	282
8.29.2.4	<i>Internet</i>	286
8.29.2.5	Carro de som	288
8.29.3	Decisão sobre Direito de Resposta.....	289
8.29.4	Recursos	289
8.30	A solidariedade do art. 241do CE.....	289
8.31	Resumo da propaganda política	291

CAPÍTULO 9

COMITÊ ELEITORAL.....	293
-----------------------	-----

9.1 Conceito	293
9.2 Localização e distância de prédios especiais	293
9.3 Distância mínima	295
9.4 Quantidade	296
9.5 Alvará e taxas municipais.....	296
9.6 Propaganda eleitoral antecipada	296
9.7 Pinturas.....	297
9.8 Bens de uso comum	298
9.9 Prestação de serviços.....	298
9.10 Compartilhamento	299
9.11 Gastos de campanha	300

CAPÍTULO 10

ARRECAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	303
10.1 Fontes legais e regras gerais	303
10.1.1 Fontes de financiamento para as candidaturas femininas..	309
10.2 Gastos Eleitorais	314
10.3 Limites de gastos	319
10.4 Exclusão das despesas pessoais do candidato.....	321

CAPÍTULO 11

DOAÇÕES ELEITORAIS	323
11.1 Pessoas Jurídicas	323
11.2 Pessoas Físicas	327
11.2.1 Fontes legais	327
11.2.2 Limite legal e critério	330
11.2.3 Recursos próprios do candidato	330
11.2.4 Doador isento.....	331
11.2.5 Doação entre candidatos	332
11.2.6 Produto do próprio serviço ou da atividade econômica do doador	334
11.2.6.1 Inconstitucionalidade da disciplina por resolução.....	335
11.2.7 Doação de serviços estimáveis.....	338
11.2.7.1 Valor	340
11.2.8 Captador de recursos em <i>websites</i>	340
11.2.8.1 Resumo do <i>crowdfunding</i> eleitoral	346
11.2.9 Regime de bens.....	347
11.2.9.1 Regime da comunhão universal de bens.....	347
11.2.9.2 Regime da comunhão parcial de bens.....	350
11.2.10 Doação acima do limite legal.....	351
11.2.10.1 Instrumento processual e capacidade postulatória.....	351
11.2.10.2 Prazo.....	351
11.2.10.3 Foro.....	352

11.2.10.4 Rito processual	353
11.2.10.5 Relação de doadores excedentes	354
11.2.10.6 Declaração retificadora.....	355
11.2.10.7 Princípio da insignificância.....	357
11.2.10.8 Penalidades.....	358
11.2.10.9 Multa	359
11.2.10.10 Inelegibilidade	359
11.2.10.11 Ação Rescisória	365

CAPÍTULO 12

PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	367
12.1 Fontes legais.....	367
12.2 Objeto e limite	373
12.3 Julgamento das contas	375
12.3.1 Aprovação.....	377
12.3.2 Aprovação com ressalvas.....	377
12.3.3 Desaprovação.....	385
12.3.4 Não prestadas	387
12.3.5 Alguns aspectos processuais relevantes	389
12.3.6 Contas de titulares, vices e suplentes	392
12.3.7 Prestação de contas retificadora	393
12.4 Sobras de recursos financeiros de campanha	394
12.5 Conservação de documentos	396
12.6 Advogado constituído	398
12.7 Prova testemunhal	400
12.8 O crescente detalhamento da prestação de contas	403

CAPÍTULO 13

CAPTAÇÃO E GASTO ILÍCITO DE RECURSOS (ART. 30-A)	405
13.1 Fonte legal.....	405
13.2 Objeto (Caixa dois)	405
13.3 Legitimidade ativa	416
13.4 Legitimidade passiva	417
13.5 Instrumento processual.....	417
13.6 Prestação de Contas e IJE.....	418
13.7 Omissões.....	419
13.8 Conta bancária extemporânea.....	421
13.9 Erro de identificação na doação	421
13.10 Gastos sem trânsito pela conta específica	422
13.11 Bens ou serviços que não integram o patrimônio dos doadores.....	424
13.12 Ausência de emissão ou falta de assinatura nos recibos eleitorais.....	425

13.13 Omissão de despesas.....	425
13.14 Origem não identificada x fonte vedada.....	427
13.15 Recursos de terceiros.....	427
13.16 <i>Laranjas</i>	428
13.17 Excesso de gastos.....	431
13.18 Proporcionalidade x impunidade	435
13.19 Penalidades	436
13.20 Arrecadação e gastos ilícitos com publicidade nas pré-campanhas.....	437
13.21 Desvirtuamento na aplicação dos recursos destinados à participação política das mulheres	446
13.22 Densidade normativa do art. 30-A	447

CAPÍTULO 14

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (Art. 41-A)	451
14.1 Exclusão de terceiro não candidato.....	451
14.2 Distribuição de combustível para eventos de campanha.....	457
14.2.1 Carreata.....	458
14.2.2 Colocação de adesivos em veículos.....	461
14.2.3 Comícios.....	463
14.3 Bebidas e refeições	464
14.3.1 Jantar e almoço político.....	464
14.3.2 Festa às vésperas da eleição.....	469
14.4 Promessas genéricas de campanha.	470
14.5 A repressão legal à oferta de vantagens em troca de voto no Direito Comparado.....	476
14.5.1 Portugal.....	476
14.5.2 Espanha.....	476
14.5.3 Panamá.....	477
14.5.4 Colômbia.....	477
14.5.5 Chile	477
14.5.6 Alemanha	478
14.5.7 França	478
14.5.8 Brevíssimas considerações.....	478

CAPÍTULO 15

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS	481
15.1 Considerações iniciais, origens e importância	481
15.1.1 Agrupamentos temáticos.....	485
15.1.2 Interpretação e jurisprudência	490
15.2 Agente Público.....	491
15.3 Litisconsórcio passivo necessário.....	492

15.4 Penalidades	496
15.5 Princípios	506
15.5.1 Igualdade de oportunidades na eleição	509
15.5.2 Legalidade estrita	512
15.5.3 Abuso de poder	514
15.5.4 Abuso do poder político	516
15.5.5 Abuso do poder de autoridade e gravidade das circunstâncias	517
15.5.5.1 Conceito de autoridade para efeitos eleitorais	521
15.5.6 Caso de grave e urgente necessidade pública e matéria relevante e característica das funções de governo	523
15.6 Instrumentos de apuração e repressão	526
15.6.1 Legitimados ativos	526
15.6.2 Procedimento Preparatório Eleitoral	527
15.6.3 Representação	531
15.6.4 Investigação Judicial Eleitoral	531
15.6.5 Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	532
15.7 Lapsos temporais restritivos	540
15.8 Contagem de prazos	543
15.9 Continuidade administrativa	543
15.9.1 Reeleição	547
15.9.1.1 Reeleição para o Poder Executivo na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado	565
15.10 Casuística	569
15.10.1 Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos e coligações	573
15.10.1.1 Veículos adesivados em áreas e estacionamentos públicos	582
15.10.1.2 Exceções	584
15.10.2 Utilização de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas que excedam as prerrogativas legais	586
15.10.3 Utilização de servidores públicos ou empregados da administração pública no horário de expediente	593
15.10.3.1 Agentes políticos	599
15.10.3.2 Licenças, férias e horários livres	602
15.10.3.3 Uso de <i>bottons</i> ou adesivos por Servidores Públicos no local de trabalho	602
15.10.3.4 Postagem de apoio político por servidor Público no horário de expediente	604
15.10.4 Uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social	606
15.10.5 Movimentação de pessoal	613
15.10.5.1 Contratação de estagiários	633
15.10.6 Transferência voluntária de recursos	637

15.10.7	Publicidade institucional.....	642
15.10.7.1	Publicidade Institucional e Condutas Vedadas: a controvertida jurisprudência do TSE	645
15.10.7.2	Placas de obras públicas	654
15.10.7.3	Festas municipais e estaduais	655
15.10.7.4	<i>Sites</i> dos Poderes Legislativo e Executivo	658
15.10.8	Pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão	659
15.10.9	Despesa excedida com publicidade institucional	663
15.10.9.1	Requisição de informações sobre os gastos	669
15.10.10	Revisão geral da remuneração de servidores públicos.....	670
15.10.10.1	Outros benefícios funcionais.....	675
15.10.10.2	Abono.....	675
15.10.10.3	Reestruturação de carreira de servidores públicos .	677
15.10.11	Distribuição gratuita de bens, valores, benefícios e programas sociais.....	678
15.10.11.1	Programas sociais e entidades nominalmente vinculadas a candidato ou por este mantida.....	691
15.10.12	Promoção pessoal na publicidade institucional.....	699
15.10.13	Contratação de shows artísticos	703
15.10.14	Inaugurações de obras públicas	706
15.10.14.1	Tipicidade da conduta e sujeito ativo.....	706
15.10.14.2	Excesso praticado por não candidato.....	708
15.10.14.3	Conceito de obra pública e bem jurídico tutelado	708
15.10.14.4	Constitucionalidade	711
15.10.14.5	Processamento.....	712
15.10.14.6	Casuística.....	713
15.10.14.7	Aplicabilidade do dispositivo frente à Lei nº 13.165/15.....	729
15.10.14.8	Inelegibilidade	734
15.11	Inelegibilidades por Condutas Vedadas.....	734
15.12	Desmembramentos das Representações.....	740
15.12.1	Quadro comparativo RP/IJE.....	742
15.13	As Condutas Vedadas na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	743
15.13.1	Portugal.....	744
15.13.2	Espanha	745
15.13.3	Argentina	746
15.13.4	Honduras	746
15.13.5	México	747
15.13.6	Panamá.....	748
15.13.7	Colômbia.....	749

CAPÍTULO 16

ENCERRAMENTO DA PROPAGANDA ELEITORAL AUDIOVISUAL.....751

CAPÍTULO 17

DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA PAGA NA IMPRENSA ESCRITA.....753

CAPÍTULO 18

VÉSPERA DO PLEITO759

CAPÍTULO 19

DIA DO PLEITO761

19.1 Propaganda eleitoral761

19.2 Crimes eleitorais.....761

19.3 Eleitor na cabina de votação e voto secreto.....768

19.4 Transporte de eleitores772

19.5 Manifestação individual e silenciosa780

19.6 Comércio.....781

19.7 Pesquisas eleitorais.....782

19.8 Presença de candidatos em locais de votação782

19.9 *Lei Seca*787

19.9.1 Atipicidade penal789

19.9.2 A *Lei Seca* na perspectiva do
Direito Eleitoral Comparado.....790

19.10 Derrame de santinhos792

CAPÍTULO 20

AFASTAMENTOS E DESINCOMPATIBILIZAÇÕES.....799

20.1 Eleição Municipal799

20.2 Destaques Jurisprudenciais807

20.3 Parentesco e inelegibilidade.....809

Referências.....815